

# A propósito da Semana dos Povos Indígenas

## Reflexões sobre o indigenismo desde a experiência metodista entre o povo kanamari

Texto produzido a pela revda. Ana Claudia Figueroa, ex-aluna da FaTeo, missionária entre os índios kanamari até o ano de 2002.

Na sociedade brasileira a garantia de direitos dos povos indígenas se consolida como realidade efetiva. Apesar de todas as contradições no processo de implementação desses direitos, considera-se um período favorável às populações indígenas enquanto afirmação das identidades etnicamente diferenciadas, com garantia e manutenção de valores e tradições próprias.

No Juruá, que a história de contato possibilitou, mesmo depois de 150 anos de contato, a permanência de vários aspectos ancestrais da cultura kanamari, a afirmação dos direitos convive com um período de imensa curiosidade dos kanamaris sobre a cultura e valores da sociedade envolvente. Esta, por sua vez, possui matriz polifônica, com influências cruzadas e híbridas de várias culturas tidas como "branca", mais comumente nomeada como cabocla.

Os kanamaris também se seduzem pelos avanços da tecnologia e da economia da sociedade envolvente, trazendo como desafio o processo de assimilação destes, geralmente carregado de ações que lesam os indígenas e os transformam em grupos marginais e explorados.

Nesse sentido, por exemplo, vemos como positivo a garantia de assalariamento para professores e agentes de saúde, também a garantia de direitos sociais como a aposentadoria rural para idosos, bolsa escola, salário maternidade. No entanto, fica claro que o volume de dinheiro que se introduziu na economia das aldeias a partir destas conquistas, introduziu práticas de consumo novas, logo iniciando demandas de consumo para todas as comunidades. Esta demanda, com certeza, a curto e em médio prazo, interfere diretamente nas práticas culturais ancestrais, modificando-as ou simplesmente abolindo-as.

Nossa postura de trabalho, nesta realidade, tem sido tentar introduzir processos permanentes de reflexão política destes elementos conforme desenvolvemos nossas ações. Limitamo-nos, porém, a processos racionais, comprovadamente cada vez mais inadequados como processo de interlocução quando se trata de costumes e valores cotidianos. Estes últimos perpassam muito mais pela via sensorial, que tem como critério de escolha o prazer imediato e as novidades das sensações.

As escolhas cotidianas regem os processos estéticos inaugurais nas práticas culturais. Assim, há substituição do cipó e algodão pelas linhas compradas para a confecção de bolsas artesanais, da mesma forma que o forró nas casas substitui os rituais nos terreiros. Simbolicamente a substituição tem interferência geracional, os mais novos se interessam menos pela produção e reprodução simbólica ancestrais para utilizarem-se da incorporação dos novos elementos apreendidos no contato, parcialmente protegido por garantias de direitos. Por outro lado, a vida na floresta exige um conhecimento próprio, que é oferecido pela sabedoria ancestral, o que tem sido um elemento vital para manutenção de práticas de plantio dos roçados, de conhecimento da mata e dos animais e de todos seus personagens simbólicos.

Nosso trabalho, ainda assentado nas bases estruturalistas de uma compreensão "dos quatro lados" (economia, educação, saúde, organização política), se debate escuso, arredo e auto-protetor. Sem conseguir a apropriação devida de instrumentos práticos para interpretação e orientação efetiva para o trabalho de solidariedade entre os kanamari e kulina, o trabalho indigenista vive tempos de redefinição. A tendência que parece prevalecer é o trabalho técnico especializado, em forma de assessorias pontuais. Este novo modelo pressupõe que os indígenas avaliam e organizam por si próprios um modelo de trabalho e requerem atuação específica de não-indígenas para alguns aspectos.

Enquanto reflexão sobre os comportamentos sociais e as aglutinações, justaposições e transgressões éticas que se misturam nas relações mutantes, faz-se necessário um perfil de trabalho mais inserido e misturado ao contexto de escolhas e opções dos grupos indígenas. Somente um trabalho técnico pontual parece ascético e marginal ao fenômeno histórico

em si. Agravado pelo fato de que não há ação possível que não seja executada a partir de escolhas contextuais do agente executor. Muitas das possíveis escolhas para os kanamari enquanto processos de vida ainda são desconhecidos por estes. Assim, entendemos que somos também facilitadores e responsáveis por introduzir alternativas para práticas diversas neste diálogo permanente da vida com as tecnologias possíveis para continuidade da vida, zelando principalmente pelos aspectos de preservação ambiental e cultural.

A presença da Igreja Metodista na região do Médio Juruá possui perfil de agente político e educador em diversas atividades de apoio ao povo kanamari. Desde junho de 2001 e no transcorrer do ano 2002 direcionamos nossa atuação em atividades pedagógicas visando fortalecimento das alternativas econômicas existentes e incentivando a participação em busca de novas atividades sustentáveis.